

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**RPE Nº 01/2018 – 2ª Publicação**

Segue abaixo a reprodução do Memorando nº 469/DELI/2018, que trata da resposta à Impugnação apresentada:

Curitiba, 20 de dezembro de 2018.  
Memorando nº 469/DELI/2018.

De: DELI  
Para: PRES

**Ref: Impugnação ao Edital RPE 01/2018**

Prezado Sr. Presidente:

No dia 17/12/2018 a empresa **TECPRINTES TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA** apresentou impugnação ao Edital RPE 01/2018, o qual tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando à contratação da prestação dos serviços de outsourcing de impressão, cópias e digitalização de documentos, com fornecimento de equipamentos novos, ou seja, de primeiro uso, suprimentos (exceto papel), serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva nas condições, especificações e locais, descritos no presente termo, bem como, treinamento operacional e fornecimento de software de gestão para contabilização de cópias e impressões, pelo período de 60 (sessenta) meses consecutivos conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Em resposta, a DVIT – Divisão de Infraestrutura e Tecnologia elaborou a Nota Técnica nº 009/DVIT/2018 em relação aos tópicos impugnados. Confira-se o teor da aludida Nota Técnica:

\*Curitiba, 20 de dezembro de 2018.

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação REP 01/2018 – TECPRINTERS.**

Trata-se de Nota Técnica quanto à impugnação ao Edital RPE 01/2018 pela empresa **TECPRINTES TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA**.

Tem-se que a Licitação RPE 01/2018 tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando à contratação da prestação dos serviços de outsourcing de impressão, cópias e digitalização de documentos, com fornecimento de equipamentos novos, ou seja, de primeiro uso, suprimentos (exceto papel), serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva nas condições, especificações e locais, descritos no presente termo, bem como, treinamento operacional e fornecimento de software de gestão para contabilização de cópias e impressões, pelo período de 60 (sessenta) meses consecutivos conforme especificações constantes do Termo de Referência, que se tem como parte integrante deste Edital, (Anexo I), para atender as necessidades da COHAPAR.

No dia 17/12/2018 a Empresa **TECPRINTES TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA** apresentou impugnação ao Edital alegando, em apertada síntese: Que a determinação de apresentação de declarações do fabricante é ilegal, pois, consoante artigo 37, inciso XXI, da

Constituição Federal, somente poderá ser exigido na Licitação a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante dos argumentos constantes da impugnação, a DVIT apresenta as considerações a seguir expostas.

**1 – DA SUPOSTA ILEGALIDADE DA DECLARAÇÃO DO FABRICANTE EXIGIDA NOS ITENS 8.1.3 E 15.2 DO EDITAL E, ITEM III, LETRA "A", DO ANEXO II DO EDITAL.**

Analisando a impugnação apresentada pela empresa TECPRINTES TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA., nota-se que são questionados 3 (três) pontos do edital.

O primeiro deles refere-se à proposta e documentação para fins de habilitação. Neste item, alega a impugnante que ao exigir a apresentação de carta do fabricante emitida pela área técnica, estaria esta Cohapar incorrendo em ilegalidade, sendo a justificativa para a mesma apresentada no corpo da impugnação.

Entretanto, não assiste razão à impugnante. Ao se proceder a leitura do ora mencionado, nota-se a existência da expressão "também poderá ser suprida...", conforme observa-se na transcrição abaixo:

8.1.2. A LICITANTE deverá anexar à sua proposta comercial catálogos técnicos, encartes, folders e/ou manuais do fabricante do software e dos equipamentos ofertados, para comprovação das características requeridas, bem como manuais e documentação necessária para sua correta instalação, configuração e utilização.

8.1.3. A exigência anterior também poderá ser suprida com a apresentação de carta dos fabricantes, desde que emitidas pela área técnica do fabricante (não da área comercial), específica para esta licitação, descrevendo as especificações técnicas exigidas no edital. Serão desconsideradas cartas de comprovação genéricas.

Logo, não há que se falar em restrição de competitividade, na medida em que o edital, ao contemplar a possibilidade de apresentação desta carta do fabricante, apenas amplia o rol de documentos aceitáveis para fins de comprovação da exigência contida no item 8.1.2. Conclui-se então que não assiste razão ao impugnante neste item.

Acerca do segundo item questionado pela impugnante, qual seja, o 15.2 do Anexo I do edital, tem-se que o mesmo já foi objeto de questionamento, o qual restou esclarecido no sistema LICITAÇÕES-E do Banco do Brasil. Assim, transcreve-se abaixo o contido naquele esclarecimento.

Ref: DOCUMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL E ATESTADOS TÉCNICOS 1. A documentação a ser apresentada junto com a proposta comercial deverá obedecer exclusivamente a forma e condições previstas no subitem 8.1.1 e 8.1.2 do Edital, e não às disposições do subitem 15.1 e 15.2 do ANEXO I do Edital. 2. Para comprovação de experiência anterior da empresa, deverão ser atendidas exclusivamente as condições da cláusula III, letra "b" do Anexo II, e não as disposições do item 15.5 do ANEXO I.

No tocante ao terceiro item apontado pela impugnante qual seja letra "a", do Anexo II do edital, entendemos que as razões apresentadas merecem acolhimento, motivo este que enseja a revisão do edital.

**6 – CONCLUSÃO**

 <b>COHAPAR</b> Companhia de Habitação do Paraná	<b>PROTOCOLO Nº</b> <b>15.319.988-4</b>
--	--

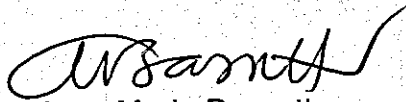
Assim, diante das informações aqui contidas, a equipe técnica da DVIT entende que a impugnação apresentada é parcialmente procedente, assistindo razão ao impugnante apenas no tocante à alegação abusiva ao Item III, letra "a", do Anexo II. Por fim, requer-se a republicação do edital, contendo as adequações pertinentes."

Verifica-se, portanto, que a impugnação apresentada, segundo o entendimento da equipe técnica do DVIT, deve ser  **julgada parcialmente procedente**, haja vista a necessidade de alteração do Edital para correção dos pontos constantes da Nota Técnica nº 009/DVIT/2018.

Ainda, necessário registrar que o RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos dispõe que as respostas às impugnações de editais de licitação devem ser encaminhadas ao Diretor-Presidente para ratificação, razão pela qual encaminhamos o presente expediente.

**Nota:** A impugnação se refere à 2ª publicação do edital. Destacamos que o edital da 3ª publicação foi veiculado no DIOE dia 21/12/2018, e disponibilizado, na mesma data, no site da COHAPAR e no sistema do Banco do Brasil.

Curitiba, 04 de janeiro de 2018.



Elizabete Maria Bassetto  
Gerente do Departamento de Licitação